



LC/BRS/R.286  
Novembro de 2013  
Original: português

---

**CEPAL**  
**COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**  
**Escritório no Brasil**

**ESTADO E DESENVOLVIMENTO, NA AMÉRICA LATINA: notas  
para um novo “programa de pesquisa”.**

*José Luís Fiori*

*“O capitalismo só triunfa quando se identifica com o estado, quando é o estado”.*

*F. Braudel, “O Tempo do Mundo”, Editora  
Martins Fontes, São Paulo, 1996 p: 55.*

---

Documento elaborado no âmbito do Convênio CEPAL/IPEA. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

# ESTADO E DESENVOLVIMENTO, NA AMÉRICA LATINA: notas para um novo “programa de pesquisa”.<sup>1</sup>

José Luís Fiori

## Introdução

O debate sobre o estado e o desenvolvimento econômico, teve grande importância política e intelectual na América Latina, sobretudo depois da II Guerra Mundial.<sup>2</sup> Mas ele foi mais pragmático do que teórico, e respondeu a problemas e desafios imediatos, mais do que a uma estratégia de pesquisa sistemática e de longo prazo. Mesmo a pesquisa acadêmica desta época, foi *policy oriented* e voltada por o estudo comparativo dos “padrões de intervenção do estado, ou para a discussão normativa do planejamento e das políticas públicas, em particular, da política econômica. Neste período, é possível identificar duas grandes “agendas hegemônicas”, que se consolidaram nos anos 40/50 e 80/90, respectivamente, e que orientaram a discussão, a pesquisa e as políticas concretas, nas décadas sucessivas.

Logo depois da II Guerra Mundial, o mundo enfrentou o desafio da reconstrução dos países envolvidos no conflito, e o da descolonização afro-asiática. E a América Latina se propôs uma agenda centrada no problema do “atraso”, e no desafio do desenvolvimento e da “modernização” das suas sociedades e economias nacionais. E a reflexão política sobre a natureza e o papel do Estado, seguiu esta mesma trilha, independente da orientação teórica dos seus pensadores da época: fosse ela estruturalista, marxista, weberiana, etc. Foi a época da hegemonia das idéias desenvolvimentistas. Algumas décadas mais tarde, na sequência da crise internacional dos anos 70, e em particular, depois da crise da “dívida externa” dos anos 80<sup>3</sup>, se impôs na América Latina uma nova “agenda” que priorizou o “ajuste” das economias latino-americanas à nova ordem financeira global. Neste período, predominou a crítica ao intervencionismo estatal e a defesa intransigente das privatizações e da “despolíticação dos mercados”. Foi a época da hegemonia neo-liberal em quase todo o mundo, e da desmontagem das políticas e do estado desenvolvimentista, na América Latina. Mas no início do Século XXI, o fracasso das políticas neoliberais, a crise econômica de 2008, e as grandes mudanças geopolíticas mundiais, que estão em pleno curso, criaram um novo desafio e produziram uma nova inflexão política e ideológica na América Latina, trazendo de volta ao debate político alguns temas da antiga agenda desenvolvimentista .

---

<sup>1</sup> A expressão “programa de pesquisa” , é utilizada neste texto com o significado que lhe deu o filósofo da ciência, Imre Lakatos: como um conjunto de teorias que compartilham as mesmas hipóteses, regras e valores. Para Lakatos, todo “programa de pesquisa” tem um núcleo duro e irreduzível que o diferencia, contendo uma hipótese teórica muito geral que é a base a partir da qual o próprio programa se desenvolve e mantém, enquanto ele for capaz de antecipar o desenvolvimento empírico do objeto estudado. Vide Lakatos, I. 1978, “Historia da Ciencia e suas Reconstruções Racionais, Edições 70, Lisboa.

<sup>2</sup> O mapeamento deste debate já foi feito por vários autores, e se pode encontrar, entre outros, em: Fiori, J.L., 1990, “Para uma crítica da teoria latino-americana do Estado”, in Revista Síntese Nova Fase, n 90, Belo Horizonte; Fiori, J.L. 1999, “De volta à questão da riqueza de algumas nações”, in J.L. Fiori,(Org.), Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Editora Vozes, Petrópolis; Sobre a “economia do desenvolvimento”, ver: Hirschman, A, 1981, “The rise and decline of development economics”, in Essays in Trespassing, Cambridge University Press. Com relação às idéias da CEPAL, ver: Bielschowsky, R., 2000, Cinquenta Anos do Pensamento da CEPAL, “Introdução”, Editora Record, Rio de Janeiro. Com relação às teorias da dependência, ver, Palma, G. 1981, “Dependence and development: a critical overview”, in D. Seeres (Ed) Dependence Theory: a Critical Reassessment, Francês Pinjter Ltd, London.

<sup>3</sup> Ver Fiori, J.L. 2001, 60 Lições dos Anos 90, Editora Record, Rio de Janeiro.

Este texto contém três partes. A primeira faz um balanço sintético e crítico deste “debate líbero-desenvolvimentista” do século XX, e do início do século XXI; a segunda propõe as premissas e hipóteses de um novo “programa de pesquisa”, sobre o estado e o desenvolvimento capitalista; e a terceira apresenta três especulações sobre o futuro do sistema mundial e da América Latina<sup>4</sup>.

## **I. A controvérsia do estado e do desenvolvimento.**

O “debate desenvolvimentista” latino-americano não teria nenhuma especificidade, se tivesse se reduzido a uma discussão macro-econômica entre “ortodoxos” neo-clássicos ou liberais, e “heterodoxos” keynesianos ou estruturalistas. Na verdade, ele não teria existido se não fosse por causa do estado, e da discussão sobre a eficácia ou não da intervenção estatal, para acelerar o crescimento econômico, por cima das “leis do mercado”. Até porque, na América Latina como na Ásia, os governos desenvolvimentistas sempre utilizaram políticas macroeconômicas ortodoxas, segundo a ocasião e as circunstâncias, e o inverso também se pode dizer de muitos governos europeus ou norte-americanos conservadores ou ultra-liberais que utilizam freqüentemente políticas de corte keynesiano. Na verdade, o pivot de toda a discussão e o grande pomo da discórdia, foi sempre o estado, e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico. Apesar disto, depois de mais de meio século de discussão, o balanço teórico é decepcionante. Dos dois lados do debate “líbero-desenvolvimentistas”, se utilizou - quase sempre - um conceito de estado igualmente impreciso, atemporal e ahistórico, como se o estado fosse uma espécie de “ente” lógico e funcional criado intelectualmente para resolver os problemas do crescimento ou da regulação econômica, como se pode ver através de uma rápida releitura das duas grandes “agendas” e das principais matrizes teóricas que participaram da “controvérsia latino-americana”:

1. A “agenda desenvolvimentista” deita raízes nos anos 30, se consolida nos anos 50, e passa por uma auto-crítica e uma transformação conceitual nos anos 60, para perder seu vigor intelectual na década de 80. Nesse percurso é possível identificar quatro grandes “matrizes teóricas” que analisaram a “questão do estado”, e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia nacional-desenvolvimentista, que teve um papel central nos grandes conflitos políticos e ideológicos latino-americanas, da segunda metade do século XX:

- i) A matriz weberiana e as suas várias versões da “teoria da modernização”, que foram contemporâneas da “economia do desenvolvimento” anglo-saxônica, e apareceram quase sempre associadas com a teoria das “etapas do desenvolvimento econômico”, de Rostow.<sup>5</sup> Dedicaram-se a pesquisa dos processos de formação histórica dos estados nacionais europeus comparados com o “desenvolvimento político” das sociedades “atrasadas”. Sua proposta e sua estratégia de modernização supunha e apontava, ao mesmo tempo, de forma circular, para uma idealização dos estados e dos sistemas políticos europeu e norte-americano, definidos como padrão ideal de modernidade, e como objetivo e ponto de chegada do desenvolvimento e da transição das “sociedades tradicionais”.<sup>6</sup>
- ii) A matriz estruturalista e as suas várias versões da teoria do “centro-periferia” e do “intercambio desigual”, cuja referência fundamental foram os textos clássicos da CEPAL, dos anos 50 e 60,

---

<sup>4</sup> São ideias extraídas do ensaio: Fiori, J.L., “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, in Fiori, J.L., Medeiros, C. e Serrano, F., 2008, O Mito do Colapso do Poder Americano, Editora Record, Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Rostow, W. W. 1952, The Process of Economic Growth, Norton, New York, e IDEM, 1960, The Stages of Economic Growth, a Non-Communist Manifesto, Cambridge University Press, Cambridge.

<sup>6</sup> Eisenstadt, S.N. and Rokkan, S. 1973, Building States and Nations, Sage Publications, London, volumes 1 e 2 ; Lapalombara, J., Weiner, M. 1966, Political Parties and Political Development, Princeton University Press, Princeton



com algumas contribuições posteriores importantes, sobretudo no Brasil<sup>7</sup>. Só a CEPAL desenvolveu instrumentos analíticos e operacionais específicos para o planejamento econômico dos estados latino-americanos. Mas devido a sua própria condição como organismo internacional, a CEPAL sempre tratou os estados da América Latina como se fossem iguais e homogêneos, sem tomar em conta na sua teoria e nas suas propostas concretas, a existência de conflitos de interesse diferentes dentro de cada país, e entre os próprios países, dentro e fora da região. Por isto, as teses industrializantes da CEPAL lembram muitas vezes as idéias protecionistas de List e Hamilton, mas ao mesmo tempo a CEPAL se diferencia dos dois economistas, por não dar importância teórica e prática aos conceitos de nação, poder e guerra, que ocupavam um lugar central na visão do estado e do desenvolvimento econômico, sobretudo no caso do “sistema nacional de economia política” de Friedrich List.<sup>8</sup>

- iii) A matriz marxista e as suas várias versões da teoria da "revolução democrático-burguesa", sustentadas nos textos clássicos de Marx, sobre as etapas do desenvolvimento capitalista, e nos textos de Lenin e da Terceira Internacional, sobre a estratégia da luta anti-colonialista na Ásia e no Egito. Sua tradução para a realidade latino-americana foi feita de forma mecânica e pouco sofisticada, do ponto de vista teórico, sem considerar as especificidades e heterogeneidades regionais. Por isto, apesar de falar de classes, luta de classes e imperialismo, propunha o mesmo modelo e a mesma estratégia para todos os países do continente, independente da sua estrutura interna e da sua posição dentro da hierarquia de poder regional e internacional. Nos anos 60, a teoria marxista da dependência criticou esta estratégia reformista da “esquerda tradicional”, e a própria possibilidade de uma “revolução democrático-burguesa” na América Latina, mas não aprofundou sua nova visão crítica do estado latino-americano<sup>9</sup>.
- iv) Por fim, é necessário incluir a matriz geopolítica da teoria da "segurança nacional", formulada pela Escola Superior de Guerra do Brasil<sup>10</sup>, fundada no início da década de 50. Suas idéias também remontam aos anos 30, e à defesa da industrialização nacional, por parte dos militares que participaram da Revolução de 30, e do Estado Novo. Na década de 50, entretanto, este primeiro desenvolvimentismo pragmático dos militares brasileiros se transformou num projeto de defesa e expansão do poder nacional, condicionado por sua visão da “segurança nacional”, dentro de um mundo dividido pela Guerra Fria. Esta matriz teve um desenvolvimento teórico menor que o das outras três, mas acabou tendo uma importância histórica muito maior, devido ao lugar central ocupado pelos militares na construção e no controle do estado desenvolvimentista brasileiro, durante a maior parte dos seus cerca de 50 anos de existência. O seu projeto geopolítico e econômico era expansionista e tinha uma visão competitiva do sistema mundial, mas nunca foi muito além de algumas idéias elementares sobre o próprio poder e a defesa, porque girava em torno de uma obsessão com um inimigo externo e interno que nunca ameaçou nem desafiou efetivamente o país, que foi importado ou imposto pela geopolítica anglo-saxônica da Guerra Fria. Assim mesmo, esta foi a única teoria e estratégica dentro do universo desenvolvimentista, que associou explicitamente a necessidade da industrialização e do crescimento econômico acelerado, com o problema da defesa nacional, mas sua visão simplista

---

<sup>7</sup> Tavares, M.C. 1974, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Editora Unicamp, Campinas; Cardoso de Melo, J.M. 1982, *O Capitalismo Tardio*, Editora Brasiliense, São Paulo; e Belluzzo, L.G. e Coutinho, R. (org), 1982, *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, volumes 1 e 2.

<sup>8</sup> Vide: Bielschowsky, R. 1988, *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro.; IDEM, (org), 2000, *Cinquenta Anos do Pensamento na CEPAL*, Editora Record, Rio de Janeiro, volumes 1 e 2.

<sup>9</sup> <sup>9</sup> Baran, P. 1957, “The political economy of economic growth”, in *Monthly Review Press*, New York.; Davis, H.B., 1967, “Nationalism and Socialism”, in *Monthly Review Press*, New York; Mori, K. 1978, “Marx and underdevelopment: his thesis on the “historical role of British free trade revisited”, in *Annals of the Institute of Social Science*, University of Tokyo, n 19;

<sup>10</sup> Vide: Golbery, C.S., 1955, *Planejamento Estratégico*, Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro; Mattos, C.M. “1975, *Brasil – Geopolítica e Destino*, Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro; Castro, T de, et al. 1979, *Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Ed Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro; e Idem, 1982, *O Brasil no Mundo Atual. Posicionamento e Diretrizes*, Editora Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.



e maniqueísta do mundo explicam o seu caráter anti-popular e autoritário, e a facilidade com que foi derrotado e desconstruído, nos anos 80 e 90<sup>11</sup>.

Se existiu algum denominador comum entre todas estas teorias e estratégias desenvolvimentistas, foi sua crença inabalável na existência de um estado racional, homogêneo e funcional, capaz de formular políticas de crescimento econômico, por cima de divisões, conflitos e contradições que pudessem atravessar e paralisar o próprio estado. Além disto, todos consideravam que o desenvolvimento era um objetivo consensual – por si mesmo - capaz de constituir e unificar a nação, e de mobilizar a sua população, por cima de suas divisões internas, de classe, etnia e regiões. Talvez por isto, apesar da sua hegemonia ideológica, depois da II Guerra Mundial, as políticas desenvolvimentistas só tenham sido aplicadas na América Latina, de forma pontual, irregular e inconsistente, e só se possa falar efetivamente, neste período, da existência em todo continente de dois "estados desenvolvimentistas", um, com certeza, no Brasil, e o outro, com muitas reservas, no México.

2. Do outro lado da controvérsia latino-americana, a origem da “agenda neoliberal” remonta à década de 40, mas ela permaneceu em estado latente ou defensivo, durante a “era desenvolvimentista”, e só conquistou o poder e a hegemonia ideológica nas últimas décadas do século XX. Nos anos 80, as teses neoliberais apareceram e se difundiram na América Latina, como resposta à “crise da dívida externa” e da inflação galopante dos anos 80, e trouxeram junto uma proposta de reformas institucionais voltadas para a privatização e desregulação dos mercados, e para a austeridade fiscal e monetária.<sup>12</sup> É possível identificar pelo menos duas grandes teorias que participaram da crítica intelectual e da legitimação ideológica da desmontagem das políticas e das instituições desenvolvimentistas: a teoria dos “buscadores de renda”, e a teoria neo-institucionalista<sup>13</sup>, que exerceram grande influência dentro dos organismos internacionais de Washington, e em particular dentro do Banco Mundial.

- i) Para a teoria dos “buscadores de renda” o estado é apenas mais um mercado de trocas entre burocratas - movidos por interesses egoístas - e empresários em busca de privilégios e de rendas monopólicas garantidas através do controle e ou da influência dentro da máquina estatal. Desta perspectiva, qualquer aumento do setor público ampliaria automaticamente as oportunidades de obtenção de rendas extraordinárias, a custas do cidadão e do consumidor comum que acabaria tendo que pagar preços mais altos do que os que seriam definidos “normalmente” pelos mercados competitivos e desregulados.
- ii) A teoria neo-institucionalista também defende a “retirada do estado”, mas ao contrário da teoria anterior sustenta a sua importância para a construção e preservação do ambiente institucional associado à garantia do direito de propriedade privada e de liberdade individual das pessoas, considerados pelos neo-institucionalistas, como condições indispensáveis de todo e qualquer processo de desenvolvimento econômico. No final do século XX, a agenda neoliberal reforçou um viés da discussão que já vinha crescendo desde o período desenvolvimentista: o deslocamento do debate para o campo da macroeconomia..Como volta a acontecer com o chamado “neo-desenvolvimentismo” que se propõe inovar e construir uma terceira via “entre o populismo e a ortodoxia”. Como se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do estado. Na prática, o “neo-desenvolvimentista” acaba se reduzindo a um programa de medidas macroeconômicas ecléticas, que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E finalmente, com relação ao papel do estado, o “neo-desenvolvimentismo”

---

<sup>11</sup> Vide: Fiori, J.L 1984, Conjuntura e Crise na Dinâmica de um Estado Periférico, Tese de Doutorado, USP, São Paulo, publicado em 1995, sob o título “ O Vôo da Coruja.. Uma Leitura Não Liberal da Crise do Estado Desenvolvimentista, Eduerj, Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Dornbusch, R. e Edwards, S. 1991, The Macroeconomics of Populism in Latin America, The Chicago University Press, Chicago.

<sup>13</sup> Krueger, A. , 1974, “The political economy of the rent-seeking society”, in American /economic Review, Princeton, NJ. V 64 e North, D. 1981, Structure and Change in Economic History, W.W. Norton & Co. New York

propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações, como já acontecera com o “velho desenvolvimentismo” do século XX.

Apesar de suas grandes divergências ideológicas e políticas, desenvolvimentistas e liberais sempre compartilharam uma mesma visão do estado como criador ou destruidor da boa ordem econômica, mas sempre visto como se fosse um *deus ex machina*, atuando desde fora da atividade econômica propriamente dita. Ambos criticam os processos de monopolização, e idealizam os mercados competitivos, e vem com maus olhos toda forma de associação ou envolvimento entre o estado e os capitais privados. Ambos consideram que o poder, as lutas pelo poder e o processo de acumulação de poder a escala nacional a internacional não têm a ver diretamente com o processo simultâneo de desenvolvimento econômico e acumulação do capital. Além disto, todos consideram os estados latino-americanos como se fossem iguais e não fizessem parte de um sistema regional e internacional único, desigual, hierarquizado, competitivo e em permanente processo de transformação. E mesmo quando os desenvolvimentistas falaram de estados centrais e periféricos, e de estados dependentes, falavam de um sistema econômico mundial que tinha um formato bipolar relativamente estático, onde as lutas de poder entre os estados e as nações ocupavam um lugar secundário<sup>14</sup>. Por fim, esta convergência entre desenvolvimentistas e liberais latino-americanos permite extrair duas conclusões críticas de todos este debate: i) a primeira é que o desenvolvimentismo latino-americano sempre teve um parentesco muito maior com o keynesianismo e com “economia do desenvolvimento” anglo-saxônica, do que com o nacionalismo econômico e o anti-imperialismo, que foram até hoje a mola mestra e propulsora de todos os desenvolvimentos tardios, em particular, dos desenvolvimentos asiáticos. ii) e a segunda, é a certeza de que os desenvolvimentistas e os liberais latino-americanos compartilham a mesma concepção econômica do estado, que é comum ao paradigma da economia política clássica, marxista e neo-clássica. Esta coincidência de paradigmas explica a facilidade com que muitos passam teoricamente, de um lado para o outro da “gangorra” “líbero-desenvolvimentista”, sem precisar sair do mesmo lugar.

## II. Doze notas para um novo “Programa de Pesquisa”.

É muito pouco provável que o velho paradigma “líbero-desenvolvimentista” consiga se renovar. Seu “núcleo duro” perdeu vitalidade e não consegue gerar novas perguntas, nem consegue dar conta dos novos problemas latino-americanos, e muito menos ainda, do desenvolvimento asiático e do desafio chinês. Nestes momentos é preciso ter a coragem intelectual de romper com as velhas idéias, para propor novos caminhos teóricos e metodológicos. Com este objetivo expomos em seguida algumas premissas e hipóteses de um novo “programa de pesquisa”, que parte dos conceitos de “poder global”, “estados-economias nacionais”, e “sistema interestatal capitalista”, para repensar a relação entre os estados nacionais e o desenvolvimento desigual das economias capitalistas que se formaram na Europa e fora da Europa, a partir da expansão mundial global do “poder europeu”.<sup>15</sup>

No final século XX, se falou com insistência do fim das fronteiras e da soberania dos estados nacionais, que estariam sendo atropeladas pelo avanço incontrollável da

---

<sup>14</sup> Frank, A. G. 1969, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Monthly Review Press, New York; e Cardoso, F.H. e Faletto, E., 1970, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Zahar Editores, rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Ver: Fiori, J.L., “Formação, expansão e limites do poder global”, in J. L. Fiori, (Org), 2004, *O Poder Americano*, Editora Vozes, Petrópolis; Fiori, J.L.2007, *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*, Editora Boitempo, São Paulo; e Fiori, J.L, Medeiros, C. e Serrano, F. ,2008), *O Mito do Colapso do Poder Americano*, Editora Record, Rio de Janeiro.



globalização econômica. Ao mesmo tempo, se falou do poder imperial e unipolar dos EUA, depois do fim da Guerra Fria. Mas foi exatamente neste período que se deu a universalização do sistema interestatal que foi “inventado” pelos europeus e que contabilizava cerca de 60 estados independentes, depois do fim da II Guerra Mundial, e hoje inclui cerca de 200 estados nacionais, a maioria deles com assento nas Nações Unidas. É óbvio que se trata de estados muito diferentes entre si, do ponto de vista das suas dimensões e população, mas, sobretudo, do ponto de vista do seu poder e da sua riqueza, e da sua capacidade de defender a sua própria soberania. A maior parte destes novos estados havia sido colônia européia, e depois de sua independência, permaneceram sob a camisa de força da Guerra Fria, e só adquiriram um maior grau de autonomia depois de 1991, a despeito que sigam sendo países muito pobres e impotentes, em muitos casos. É importante perceber que esta multiplicação do número dos estados nacionais que agora são membros do sistema político mundial, ocorreu em simultâneo com os processos de acumulação do poder global dos EUA, e de globalização produtiva e financeira, que se aceleraram depois das décadas 1950 e 1980, respectivamente. Esta coincidência poderia representar um paradoxo se não fosse um produto contraditório e necessário do próprio “sistema interestatal capitalista” que nasceu na Europa e só na Europa, e se universalizou a partir da expansão do poder imperial europeu.

- 1) A origem histórica deste sistema remonta às “guerras de conquista” e à “revolução comercial”, que se somaram na Europa dos séculos XII e XIII, para criar a energia que moveu dois processos que foram decisivos nos séculos seguintes: o da centralização do poder e o da monetização dos tributos e das trocas. Como se sabe, depois do fim do Império de Carlos Magno, houve na Europa uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado. Mas nos dois séculos seguintes, entretanto – entre 1150 e 1350 – houve uma revolução que mudou a história da Europa, e do mundo: naquele período se forjou no continente europeu, uma associação expansiva, entre a “necessidade da conquista”, e a “necessidade de excedentes” econômicos cada vez maiores. Esta mesma associação se repetiu através da Europa, em várias de suas unidades territoriais de poder que foram obrigadas a criar tributos e sistemas de tributação, além das moedas soberanas, para financiar suas guerras de defesa e de conquista, e a administração dos novos territórios conquistados através destas guerras.
- 2) As guerras, os tributos, as moedas e o comércio sempre existiram, a grande novidade européia foi a forma em que se combinaram, somaram e multiplicaram em conjunto, dentro de pequenos territórios altamente competitivos, e em estado de permanente guerra ou preparação para a guerra. Estas guerras permanentes se transformaram num grande multiplicador de tributos e de dívidas, e, por derivação, num multiplicador do excedente, do comércio, e do mercado de moedas e de títulos da dívida, criando um circuito acumulativo absolutamente original, entre os processos de acumulação do poder e da riqueza. Além disto, estas guerras soldaram uma aliança indissolúvel entre príncipes e banqueiros, e deram origem às primeiras formas de acumulação do “dinheiro pelo dinheiro”, através da *senhoriagem* das moedas soberanas, e da negociação das dívidas públicas, pelos “financistas”, primeiro nas “feiras” e depois nas bolsas de valor. No longo prazo, esta centralização do poder e esta monetização dos tributos e das trocas permitiu a formação, nos séculos XVI e XVII, dos primeiros “estados-economias nacionais” europeus que se transformaram em verdadeiras

máquinas de acumulação de poder e de riqueza, durante os séculos seguintes, com seus sistemas de bancos e de crédito, com seus exércitos e burocracias, e com seu sentimento coletivo de identidade e de “interesse nacional”.

- 3) Estes “estados-economias nacionais” não nasceram de forma isolada, já nasceram dentro de um sistema que se move continuamente, competindo e acumulando poder e riqueza, em conjunto e dentro de cada uma de suas unidades territoriais. Foi dentro dessas unidades territoriais expansivas, e deste sistema competitivo de poder, que se forjou o “regime capitalista”. Desde o início, o movimento de internacionalização dos seus mercados e dos seus capitais se deu junto com a expansão e consolidação dos grandes impérios marítimos e territoriais dos primeiros estados europeus. E desde então, foram sempre estes estados expansivos e ganhadores que lideraram a acumulação do capital, em escala mundial. Estes primeiros estados nasceram e se expandiram para fora de si mesmos, de forma quase simultânea. Enquanto lutavam para impor seu poder e sua soberania interna, já se expandiam e conquistavam novos territórios, construindo seus impérios coloniais. Por isto é que se pode dizer que o “imperialismo” foi uma força e uma dimensão co-constitutiva e permanente de todos os estados e de próprio sistema interestatal europeu. Esta luta contínua, dentro e fora da Europa, promoveu uma rápida hierarquização do sistema, com a constituição de um pequeno “núcleo central” de “estados/impérios” que se impuseram aos demais, dentro e fora da Europa. Assim nasceram as chamadas “Grandes Potências” seguiram mantendo entre si relações a um só tempo, complementares e competitivas. A composição interna deste núcleo foi sempre muito estável, devido ao próprio processo contínuo de concentração do poder, mas também devido às “barreiras à entrada” de novos “sócios”, que foram sendo criadas e recriadas pelas potências ganhadoras, ao longo dos séculos. De qualquer forma, o ponto importante é que o sistema mundial em que vivemos até hoje não foi o produto de uma somatória simples e progressiva de territórios, países e regiões, nem muito menos foi o produto da simples expansão dos mercados ou do capital, foi uma criação do poder expansivo de alguns estados e economias nacionais europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram entre si pela monopolização das hegemonias regionais e do “poder global”.
- 4) Sempre existiram projetos e utopias cosmopolitas, propondo algum tipo de “governança global” para o conjunto do sistema interestatal capitalista, Mas todas as formas conhecida e experimentadas de “governo supranacional” foram até hoje uma expressão do poder e da ética das potências que compõem o núcleo central do sistema, e em particular da potencia que lidera este núcleo central. Muitos autores falam em “hegemonia” para referir-se à função estabilizadora do líder do sistema. Mas esses autores não percebem – em geral - que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais estados, nem muito menos, o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Dentro deste sistema mundial, o aparecimento e ascensão de uma nova “potência emergente” será sempre um fator de desestabilização do seu núcleo central. Mas o maior desestabilizador de qualquer situação hegemônica será sempre o seu próprio líder ou *hegemon*, porque ele não pode parar de conquistar para poder manter sua posição relativa, na luta pelo poder global. Por isto, é logicamente impossível que algum país “hegemônico” possa estabilizar o **sistema mundial**. Neste “universo em expansão” que nasceu na Europa, durante o “longo século XIII”, nunca houve nem haverá “paz perpétua”, nem sistema políticos internacionais estáveis. Porque



se trata de um “universo” que se estabiliza e ordena através da sua própria expansão, e, portanto, também das crises e das guerras, provocadas pela contradição entre sua tendência permanente à internacionalização e ao poder global, e a sua contra-tendência ao fortalecimento contínuo dos poderes, das moedas e dos capitais nacionais..

- 5) A expansão competitiva dos “Estados-economias nacionais” europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o capital internacional eliminaram os Estados e as economias nacionais. Porque o capital sempre aponta contraditoriamente na direção da sua internacionalização, e ao mesmo tempo, na direção do fortalecimento da sua economia nacional de origem, como percebeu corretamente, Nikolai Bukharin<sup>16</sup>. O que Bukharin não disse ou não percebeu, é que esta contradição entre os movimentos simultâneos de internacionalização e nacionalização do capital se deve ao fato que os capitais só podem se internacionalizar na medida em que mantém sua relação originária com a moeda nacional em que se realizam como riqueza, a sua própria ou a de um estado nacional mais poderoso. Por isto, sua internacionalização contínua não é uma tendência apenas do “capital em geral”, é uma obra simultânea do capital e dos estados emissores das moedas e das dívidas de referencia internacionais, que souberam conquistara e preservar, mais do que todos os outros, situações e condições monopólicas.
- 6) As “moedas internacionais” sempre foram cunhadas pelos estados vitoriosos que conseguiram projetar seu poder para fora de suas fronteiras, até o limite do próprio sistema. Desde o “longo século XVI”, e a consolidação do “sistema interestatal capitalista”, só existiram duas moedas internacionais: a Libra e o Dólar. E só se pode falar da existência de três sistemas monetários globais: o “padrão libra-ouro”, que ruiu na década de 1930; o “padrão dólar-ouro”, que terminou em 1971; e o “padrão dólar-flexível”, que nasceu na década de 1970 e que segue vigente neste início do Século XXI. Em todos os casos e de desde a origem do sistema interestatal capitalista: i) nenhuma moeda nacional foi jamais apenas um “bem publico”, e muito menos ainda, as moedas nacionais que se transformaram em referencia internacional. Todas elas envolvem relações sociais e de poder entre seus emissores e os seus detentores, entre os seus credores e os seus devedores, entre os poupadores e os investidores, e assim por diante. E por trás de toda moeda e de todo sistema monetário, se esconde e se reflete sempre uma correlação de poder, nacional ou internacional. ii) por sua vez, as moedas de referencia regional ou internacional não são apenas uma escolha dos mercados. São o produto de uma luta pela conquista e dominação de novos territórios econômicos supra-nacionais, e ao mesmo tempo, e depois das conquistas, seguem sendo um instrumento de poder dos seus estados emissores e dos seus capitais financeiros; iii) por isto, o uso dentro do sistema interestatal capitalista de uma moeda nacional que seja ao mesmo tempo, uma moeda de referencia supra-nacional, é uma contradição co-constitutiva e inseparável do próprio sistema. E neste sentido, a moeda poderá até mudar nas próximas décadas ( o que é muito pouco provável), mas a regra seguirá

---

<sup>16</sup> “ A internacionalização dos interesses capitalistas exprime apenas um lado da internacionalização da vida econômica, torna-se também indispensável conhecer o outro lado que ela contém: isto é, o processo de nacionalização dos interesses capitalistas... O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas...”, Bukharin, N. 1984, A Economia Mundial e o Imperialismo, Editora Abril Cultural, São Paulo, p: 54 e 97

sendo a mesma, com o Yuan, o Yen, o Euro, ou o Real; iv) por fim, é parte do poder do emissor da “moeda internacional”, transferir os custos de seus ajustes internos, para o resto da economia mundial, em particular para sua periferia monetário-financeira.

- 7) A “dívida pública” dos estados vitoriosos sempre teve maior credibilidade do que a dívida dos derrotados ou dos subordinados. Por isto também, os títulos da dívida pública das grandes potências têm maior “credibilidade” do que os títulos dos estados situados nos degraus inferiores da hierarquia do poder e da riqueza internacional. Marx<sup>17</sup> percebeu a importância decisiva da “dívida pública” para a acumulação privada do capital, e vários historiadores<sup>18</sup> tem chamado a atenção para a importância do endividamento dos estados que foram os “grandes predadores” do sistema mundial. Para financiar suas guerras e a projeção internacional do seu poder, e para sustentar seus sistemas nacionais e internacionais de bancos e de crédito A “dívida pública” da Inglaterra, por exemplo, passou de 17 milhões de Libras esterlinas, em 1690, para 700 milhões de Libras, em 1800. E contribuiu decisivamente para o financiamento da expansão do poder britânico, dentro e fora da Europa, a despeito do desequilíbrio fiscal de curto prazo das contas públicas inglesas, o que jamais afetou a “credibilidade” de sua dívida ao redor do mundo. Da mesma forma como aconteceu com os Estados Unidos, onde a capacidade de tributação e de endividamento do estado também cresceu de mãos dadas com a expansão do poder americano, dentro e fora da América. Ainda na entrada do século XXI, são os títulos da dívida pública americana que lastreiam seu crédito internacional, e sustentam o atual sistema monetário internacional. Quando se olha deste ponto de vista, se entende melhor a natureza da crise financeira de 2008, por exemplo, e se percebe que ela não foi produzida por nenhum tipo de “déficit de atenção” do estado americano. Pelo contrário, também neste caso o que ocorreu foi que o estado e o capital financeiro norte-americano se fortaleceram juntos durante as décadas de 80/90, e agora estão se defendendo juntos, a cada novo passo e a cada nova arbitragem que imponha o seu enfraquecimento dentro e fora dos EUA. Mas apesar da crise, uma coisa é certa: os títulos da dívida pública norte-americana seguirão ocupando um lugar central dentro do sistema interestatal capitalista enquanto o poder americano seguir sendo um poder expansivo, com ou sem a parceria da China. Também neste caso os ganhadores não podem parar nem podem deixar de aumentar o seu poder, por maior que ela já seja. Agora bem: esta “mágica” estará ao alcance de todos os estados e economias capitalistas? Sim e não, a um só tempo, porque neste jogo, se todos ganhassem ninguém ganharia, e os que já ganharam estreitam o caminho dos demais, reproduzindo dialeticamente, as condições da desigualdade.

---

17“Como pelo toque de uma vara de condão, ela [a dívida pública] dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que o seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. Os credores do Estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos da dívida pública facilmente transferível, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem dinheiro. A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação. As parcelas de sua emissão adquiridas pelos arremates de impostos, comerciantes e fabricantes particulares lhes proporcionam o serviço de um capital caído em céu.”, Marx. C., 1947, O Capital. Crítica de la Economía Política, Fondo de Cultura Económica, México, p:642

18 “Qualquer teoria sobre o significado econômico da dívida pública está obrigada a esclarecer por que tanto no século XVIII quanto no século XIX, a Grã Bretanha foi capaz de superar concorrentes superiores econômica e demograficamente, por que conseguiu evitar crises políticas internas associadas a uma dívida muito alta e, sobretudo por que emergiu como a “primeira nação industrial” apesar de sustentar uma dívida pública de tamanha e duração impar”, Ferguson, N. 2007, A Lógica do Dinheiro, Riqueza e Poder no Mundo Moderno, 1700-2000, Rio de Janeiro, Record, p:138



- 8) A conquista e preservação de “situações monopólicas” é talvez o lugar ou conexão, onde fica mais visível a relação entre a acumulação do poder e a acumulação do capital. É disto que está falando Braudel, quando afirma que o “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o estado, quando é o estado”, porque seu objetivo são os lucros extraordinários que se conquistam através de posições monopólicas, e estas posições monopólicas se conquistam através do poder, elas são poder, como fica claro - desde a primeira hora do sistema, no “longo século XIII - - na forma em que Veneza e Gênova disputaram e conquistaram suas posições hegemônicas, dentro da “economia-mundo mediterrânea”. Para Braudel, “o “capitalismo é o anti-mercado”<sup>19</sup>, exatamente porque o mercado é o lugar das trocas e dos “ganhos normais”, enquanto o capitalismo é o lugar dos “grandes predadores” e dos “ganhos anormais”. A acumulação do poder cria situações monopólicas e a acumulação do capital “financia” a luta por novas fatias de poder. Neste processo conjunto, os estados estimularam e financiaram desde o início, o desenvolvimento e o controle monopólico de “tecnologias de ponta”, responsáveis pelo aumento do excedente econômico, e da capacidade de defesa e ataque destes estados. Assim mesmo, com o passar dos séculos, o mundo do capital adquiriu uma autonomia relativa crescente com relação ao mundo do poder, mas manteve-se a sua relação de dependência essencial, sem a qual não existiria o próprio sistema “interestatal capitalista”. É neste sentido, que Braudel também conclui que se o capitalismo é o anti-mercado, ele não pode sobreviver sem o mercado. E neste sentido, ao contrário do que pensam os institucionalistas o desenvolvimento econômico e a acumulação do capital não passam apenas, pelo respeito das regras e das instituições. Pelo contrário, quase sempre passam pelo desrespeito das regras, e pela negação frequente dos regimes e das instituições construídas em nome do mercado e da competição perfeita. Regimes e instituições que servem muitas vezes para bloquear o acesso às inovações e aos monopólios, por parte dos concorrentes mais débeis que são obrigados a se submeterem às regras. Quem liderou a expansão vitoriosa do capitalismo foram sempre os “grandes predadores” e as economias nacionais que souberam navegar com sucesso, na contramão das “leis do mercado”.
- 9) Até o fim do século XVIII, o “sistema interestatal capitalista” se restringia aos Estados europeus e aos territórios incluídos dentro de seu espaço de dominação colonial. Esse sistema só se expandiu e mudou sua organização interna depois da Independência dos Estados Unidos e dos demais estados latino-americanos. No momento da independência, os estados latino-americanos, em particular, não dispunham de centros de poder eficientes, nem contavam com “economias nacionais” integradas e coerentes. Além disso, não chegaram a formar um subsistema estatal e econômico regional, nem se formaram blocos de poder e capital nacional com características expansivas, pelo menos até o século XX. Este mesmo cenário se repetiu depois de 1945, com a maioria dos novos estados criados na África, na Ásia Central e no Oriente Médio: não possuíam estruturas centralizadas e eficientes de poder, nem dispunham de economias expansivas. Só no sul e no sudeste da Ásia é que se pode falar da existência de um sistema de estados e de economias nacionais integradas e competitivas, que lembram o modelo original europeu. Apesar da sua enorme heterogeneidade, é possível formular algumas generalizações a respeito do desenvolvimento econômico e político destes

---

19 Braudel, F. 1987, O jogo das trocas, op cit. P: 403; e Idem, A dinâmica do capitalismo, Rocco, Rio de Janeiro, cap 2.

países. Existem países ricos que não são nem nunca serão potências expansivas, nem farão parte do jogo competitivo das grandes potências. Existem Estados militarizados, na periferia do sistema mundial, que nunca chegarão a ser potências econômicas. Mas não há possibilidade de que algum desses Estados nacionais se transforme em uma nova potência sem dispor de uma economia dinâmica e de um projeto político-econômico expansivo. E é pouco provável que algum capital individual ou bloco de capitais nacionais, públicos ou privados, consiga se internacionalizar com sucesso, se não forem junto estados que tenham projetos de poder extra-territorial.

- 10) Olhando para o movimento conjunto do sistema se pode ver que a expansão dos “estados-economias nacionais” líderes gera uma espécie de “rastros econômico”, que se alarga a partir da sua própria economia nacional. Começando pelas economias do “núcleo central” cujo crescimento define as fronteiras externas do “rastros do sistema”. Cada um destes “estados-economias nacionais” expansivos produz seu próprio rastros e, dentro dele, as demais economias nacionais se hierarquizam em três grandes grupos, segundo suas estratégias político-econômicas internas. Num primeiro grupo, estão as economias nacionais que se desenvolvem sob o efeito imediato do líder. Vários autores já falaram de “desenvolvimento a convite” ou “associado” para referir-se ao crescimento econômico de países que têm acesso privilegiado aos mercados e aos capitais da potência dominante. Como aconteceu com os antigos domínios ingleses do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, depois de 1931, e também, com a Alemanha, o Japão e a Coreia, depois da Segunda Guerra Mundial, no momento em que foram transformados em protetorados militares dos EUA, com acesso privilegiado aos mercados norte-americanos. Num segundo grupo, se situam os países que adotam estratégias de *catch up* para alcançar as “economias líderes”. Por razões ofensivas ou defensivas, aproveitam os períodos de bonança internacional para mudar sua posição hierárquica e aumentar sua participação na riqueza mundial, através de políticas agressivas de crescimento econômico. Nesses casos, o fortalecimento econômico vai junto com o fortalecimento militar, e o aumento do poder internacional do país. São projetos que podem ser bloqueados, como já aconteceu muitas vezes, mas também podem ter sucesso e dar nascimento a um novo estado e à uma nova economia líder, como aconteceu com os Estados Unidos, na segunda metade do XIX e começo do XX, e está em vias de acontecer com a China, na segunda década do século XXI. Por fim, num terceiro grupo muito mais amplo, se localizam quase todas as demais economias nacionais do sistema mundial, que atuam como periferia econômica do sistema. São economias nacionais que podem ter fortes ciclos de crescimento e alcançar altos níveis de renda *per capita*, e podem se industrializar, sem deixarem de ser periféricos, do ponto de vista de sua posição dentro do “rastros do cometa”, ou seja, dentro da hierarquia regional e global de poder.
- 11) Se existisse um denominador comum entre todos os países de forte desenvolvimento econômico, com certeza seria a existência de um grande desafio ou inimigo externo competitivo, responsável pela existência de uma orientação estratégica defensiva e permanente, envolvendo quase sempre, uma dimensão político militar e uma competição acirrada pelo controle das “tecnologias sensíveis”. Este foi o caso de todos os estados e economias nacionais que fazem parte do núcleo central das grandes potências do sistema. Nestes casos, a guerra real ou virtual teve um papel decisivo na trajetória dos seus desenvolvimentos econômicos. Mas atenção, porque não se trata da



importância apenas das armas ou da indústria de armamentos, trata-se de um fenômeno mais complexo que envolveu sempre uma grande mobilização nacional, uma grande capacidade central de comando estratégico, além de uma economia dinâmica e inovadora. As armas e as guerras, por si mesmas, podem não ter nenhum efeito dinamizador sobre as economias nacionais, como no caso – por exemplo - da Coreia do Norte, do Paquistão e de tantos outros países que possuem grandes exércitos e estoques de armamentos e baixíssima capacidade de mobilização nacional e crescimento econômico. Neste sentido, tudo indica que Max Weber tenha razão quando afirma que “em última instância os processos de desenvolvimento econômico são lutas de dominação”, ou seja, que não existe desenvolvimento econômico capitalista que não envolva uma luta de poder e pelo poder<sup>20</sup>.

### **III. Três notas sobre o futuro.**

Quando se pesquisa o passado, se está sempre tentando diminuir – de uma forma ou outra - a opacidade do futuro, ainda mais, num tempo de grandes mutações e incertezas. Mas pensar o futuro não é uma tarefa fácil e sempre envolve uma alta dose de especulação. Mesmo assim, o pesquisador deve manter a mais absoluta fidelidade com relação às hipóteses utilizadas na sua leitura do passado, e é isto que nos propomos fazer nestas três notas finais deste trabalho, sobre o futuro do sistema interestatal capitalista, e da própria América Latina:

Do nosso ponto de vista, quando se olha para o sistema interestatal capitalista, de uma perspectiva macro-história e de longa duração, se pode identificar “quatro momentos em que ocorreram grandes “explosões expansivas”, dentro do próprio sistema. Nestes períodos, primeiro ocorreu um aumento da “pressão competitiva”, e depois, uma grande “explosão” ou alargamento das suas fronteiras internas e externas. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado – quase sempre - pelo expansionismo de uma ou várias “potências líderes”, e envolveu também, um aumento do número, e da intensidade do conflito, entre as outras unidades políticas e econômicas do sistema. E a “explosão expansiva” que se seguiu, projetou o poder destas unidades ou “potências” mais competitivas, para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio “universo”. A primeira vez que isto ocorreu, foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. O aumento da “pressão competitiva”, dentro da Europa, foi provocado pelas invasões mongóis, pelo expansionismo das Cruzadas, e pela intensificação das guerras “internas”, na península ibérica, no norte da França, e na Itália. A segunda vez que isto ocorreu, foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo, e pelas guerras da Espanha, com a França, com os Países Baixos e com a Inglaterra. É o momento em que nascem os primeiros estados europeus, com suas economias nacionais, e com uma capacidade bélica muito superior a das unidades soberanas, do período anterior. A terceira vez que isto ocorreu, foi no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo francês e inglês, dentro e fora da Europa, pelo nascimento dos estados americanos, e pelo surgimento, depois de 1860, de três potências políticas e econômicas - Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente, e revolucionaram a economia capitalista, e o “núcleo central” das grandes potências. Por fim, do nosso ponto de vista, neste momento está em pleno curso uma quarta grande “explosão expansiva” do sistema mundial, que começou na década de 70. Nossa hipótese é que o aumento da pressão dentro do sistema foi provocado pela própria estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos que se aprofundou e radicalizou depois dos anos 70; mas também pelo grande alargamento das fronteiras do sistema, com a criação de cerca de 130 novos estados nacionais, depois do fim da II Guerra Mundial; e, finalmente, pelo

---

<sup>20</sup> Weber, M. 1982, Escritos Políticos, vol I, Folios Ediciones, México, p:18



crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos estados asiáticos, em particular, da China.”<sup>21</sup> Mesmo assim, do nosso ponto de vista, este aumento da pressão sistêmica não aponta para o fim do poder americano, nem muito menos, para o fim do sistema capitalista, ou do próprio sistema interestatal.

1) Pelo contrário, depois da derrota do Vietnã, e da reaproximação com a China, entre 1971 e 1973, o poder americano cresceu de forma contínua, construindo uma extensa rede de alianças e uma infraestrutura militar global que lhe permite até o hoje o controle quase monopólico, naval, aéreo e espacial de todo o mundo. Mas ao mesmo tempo, esta expansão do poder americano contribuiu para a “ressurreição” militar da Alemanha e do Japão e para a autonomização e fortalecimento da China, Índia, Irã e Turquia, além do retorno da Rússia, ao “grande jogo” da Ásia Central e do Oriente Médio. Os revezes militares dos Estados Unidos, na primeira década do século desaceleraram o seu projeto imperial. Mas uma coisa é certa, os EUA não abdicarão voluntariamente do poder global que já conquistaram e não renunciarão à sua expansão contínua, no futuro. Por outro lado, depois do fim do Sistema de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, a economia americana cresceu de forma quase contínua, até o início do século XXI. Ao associar-se com a economia chinesa, a estratégia norte-americana diminuiu a importância relativa da Alemanha e do Japão, para sua “máquina de acumulação” global de capital. E ao mesmo tempo, contribuiu para transformar a Ásia no principal centro de acumulação capitalista do mundo, transformando a China numa economia nacional com enorme poder de gravitação sobre toda a economia mundial. Esta nova geometria política e econômica do sistema mundial se consolidou na primeira década do século XXI, e deve se manter nos próximos anos. Do nosso ponto de vista, os Estados Unidos manterão sua centralidade dentro do sistema, como a única potência efetivamente capaz de intervir em todos os tabuleiros geopolíticos do mundo, e que é ao mesmo tempo o estado que emite a moeda de referência internacional. Daqui para frente, a União Europeia terá um papel cada vez mais secundário, como coadjuvante dos Estados Unidos, sobretudo se a Rússia e a Turquia aprofundarem seus laços com os EUA dentro Oriente Médio. Neste novo contexto internacional, a Índia, o Brasil, a Turquia, o Irã, a África do Sul, e talvez a Indonésia, deverão aumentar o seu poder regional e global, em escalas diferentes, mas ainda não terão por muito tempo, capacidade de projetar seu poder militar além das suas fronteiras regionais. De qualquer forma, duas coisas se podem dizer com bastante certeza, neste início da segunda década do século XXI:

- i. Não existe nenhuma “lei” que defina a sucessão obrigatória e a data do fim da supremacia americana. Mas é absolutamente certo que a simples ultrapassagem econômica dos EUA não transformará automaticamente a China numa potência global, nem muito menos, no líder do sistema mundial.
- ii. E terminou definitivamente o tempo dos “pequenos países” conquistadores. O futuro do sistema mundial envolverá - daqui para frente - um permanente “jogo de guerra de posições” entre grandes “países continentais”, como é o caso pioneiro dos EUA, e agora é também, o caso da China, Rússia, Índia e Brasil. Nesta disputa, os EUA já ocupam o epicentro do sistema mundial, mas mesmo antes que os outros quatro adquiram países a capacidade militar e financeira indispensável à condição de potência global, eles já controlam em conjunto cerca de 1/3 do território, e quase 1/2 da população mundial.

---

<sup>21</sup> Fiori, J.L. 2007, “ O sistema interestatal capitalista no início do século XXI” in J.L. Fiori. C. Medeiros e F. Serrano, O Mito do Colapso do Poder Americano, Editora Record, Rio de Janeiro

- 2) Por fim, com relação à América Latina, o Brasil conquistou um razoável grau de autonomia neste início do século XXI, e já entrou no grupo dos estados e das economias nacionais que fazem parte do “caleidoscópio central” do sistema, onde todos competem com todos, e todas as alianças são possíveis, em função dos objetivos estratégicos do país e da sua proposta de mudança do próprio sistema internacional. Esta nova importância política e econômica deverá crescer nos próximos anos de forma regular, na América do Sul, no Atlântico Sul, e no sul da África, mas o Brasil seguirá sendo um país sem capacidade de projeção global do seu poder militar. “Daqui para frente, a América Latina será cada vez mais hierarquizada e o futuro da América do Sul, em particular, será cada vez mais dependente das escolhas e decisões tomadas pelo Brasil. Em primeiro lugar, este país terá que decidir sobre a sua própria estratégia econômica nacional porque se for pelos “caminhos do mercado” o Brasil se transformará, inevitavelmente, numa economia exportadora de alta intensidade, de petróleo, alimentos e *commodities*, uma espécie de “periferia de luxo” dos grandes potências compradoras do mundo, como foram no seu devido tempo, a Austrália e Argentina, ou o Canadá, mesmo depois de industrializado. E se isto acontecer, o Brasil estará condenando o resto da América do Sul à sua condição histórica secular, de periferia “primário-exportadora” da economia mundial. Mas o Brasil também pode seguir um caminho novo dentro da América do Sul, combinando indústrias de alto valor agregado, com a produção de alimentos e *commodities* de alta produtividade, sendo ao mesmo tempo, auto-suficiente do ponto de vista energético. Entretanto, esta não é uma escolha puramente técnica ou econômica, ela supõe uma decisão preliminar, de natureza política e estratégica, sobre os objetivos do estado e da inserção internacional do Brasil. E neste caso, existem duas alternativas para o Brasil: i) manter-se como sócio preferencial dos Estados Unidos, na administração da sua hegemonia continental; ou, ii) lutar para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, no campo da economia e da sua própria segurança, através de uma política hábil e determinada de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos, envolvendo também as demais potências do sistema mundial, no fortalecimento da sua relação de liderança e solidariedade com os países da América do Sul. Mas isto só ocorrerá se o Brasil desenvolver instrumentos e competências para poder atuar simultaneamente no tabuleiro regional, e também em outros espaços transversais de articulação de interesses e alianças globais. De qualquer maneira, uma coisa é absolutamente certa: daqui para frente, as escolhas brasileiras terão um impacto cada vez maior e uma influência cada vez mais decisiva, sobre o futuro da América do Sul, e da própria América Latina.”<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Fiori, J.L., 2011, “Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana”, Textos para Discussão CEPAL. IPEA, n 42